

*Reforma previdenciária*  
 AJ13505

# Bancada defende taxaçoão a partir de R\$ 2,4 mil

**Maioria é  
contra projeto  
do Governo,  
de taxar os  
inativos a partir  
de R\$ 1.058**

PAULO MARIO MARTINS

O Governo Federal vai enfrentar resistência na bancada do Espírito Santo para aprovar a reforma da Previdência. Isso porque a maioria dos representantes capixabas no Congresso Nacional é contra a proposta original do Governo, de taxar em 11% os salários dos inativos a partir de R\$ 1.058. Eles defendem que a faixa de isenção vá até R\$ 2,4 mil.

O deputado Neucimar Fraga (PL) já protocolou, inclusive, uma emenda à proposta da reforma previdenciária, na Câmara, para que os inativos por invalidez fiquem livres da taxaçoão. "Não é justo cobrar dos aposentados. E R\$ 1.058 é um valor baixo. O ideal seria acima de R\$ 2,4 mil, porque você estaria cobrando mais de quem ganha mais", declarou.

O deputado Carlos Humberto Manato (PDT) diz que é con-

tra a taxaçoão. "Só aceito discutir a proposta se houver limite de isenção superior a R\$ 2,4 mil. Ai podemos reavaliar. Mas, nesse caso, os Estados ficam em situação ruim, porque o número de aposentados com renda superior a R\$ 2,4 mil é menor do que os que ganham R\$ 1.058", avaliou.

## Saídas

A deputada Rose de Freitas (PSDB) acompanha Manato. "Defendo uma ampliação do limite para até R\$ 2,4 mil. Estamos estudando em grupo outras saídas, que não a taxaçoão dos inativos, que é uma coisa atroz", afirmou.

Integrante do grupo de parlamentares que defende o aumento do teto da isenção, o deputado José Carlos Elias (PTB) promete se empenhar para mudar o limite da taxaçoão. "Sou a favor da ampliação do limite de isenção para R\$ 2,4 mil porque é o teto do INSS. Mas vamos brigar por pelo menos R\$ 1,5 mil", ressaltou.

O deputado Renato Casagrande (PSB) aguarda a determinação do partido para definir sua posição. "O PSB fez uma reunião na semana passada e decidiu elaborar um documento para entregar ao presidente. A

tendência é propor uma isenção maior. O partido deve fechar questão esta semana", disse.

## Ideal

O deputado Marcelino Fraga (PMDB) ainda está em dúvida sobre o limite ideal. "Não tenho uma posição firme. Mas acredito que até R\$ 2,4 mil é pouco", acentuou.

A decisão do senador Gerson Camata (PMDB) está atrelada ao cumprimento de promessas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Mantendo os investimentos no Aeroporto de Vitória e a compra antecipada dos royalties do petróleo voto com a margem que ele (Lula) mandar. Não é uma troca, mas, se o Governo está tratando bem o Estado, temos que tratá-lo

bem também", observou.

Os senadores João Batista Motta (PPS) e Magno Malta (PL), e os deputados federais Iriny Lopes (PT), João Miguel Feu Rosa (PSDB), Marcus Vicente (PTB) e Nilton Baiano (PP) não foram localizados até o início da noite de ontem para comentar o assunto.

No cenário nacional a situação não é diferente. Pesquisa publica pelo jornal *O Globo* revela que 63% dos deputados federais são contra a cobrança da contribuição previdenciária de 11% dos aposentados que recebem mais de R\$ 1.058. Somente 22% dos entrevistados são favoráveis à proposta do Governo, enquanto 14% ainda não se decidiram. A pesquisa foi feita com 458 dos 513 deputados.

## A POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

### FAVORÁVEIS À TAXAÇÃO A PARTIR DE R\$ 2,4 MIL

Neucimar Fraga (PL)  
 Carlos Humberto Manato (PDT)  
 Rose de Freitas (PSDB)  
 José Carlos Elias (PTB)  
 Marcelino Fraga (PMDB)

### INDECISOS

Renato Casagrande (PSB)

Gerson Camata (PMDB)

### NÃO ENCONTRADOS PARA DAR DEPOIMENTO

João Batista Motta (PPS)  
 Magno Malta (PL)  
 Iriny Lopes (PT)  
 João Miguel Feu Rosa (PSB)  
 Marcus Vicente (PTB)  
 Nilton Baiano (PP)